ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 31/5/2020
Aprovado para Sober 2020: 23/7/2020
Aceito para RTMA: 24/4/2021
Período de publicação: jan./jul. 2021

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 7 • n. 17 • Jan./Jun. 2021)

Como citar o artigo:

DINIZ, R. F.; CLEMENTE, E. C. A natureza classista, sexista, racista e regionalista do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil: uma análise espaço-temporal dos dados dos censos agropecuários 2006 e 2017. **Revista Terceira Margem Amazônia**. v. 7, n. 17, p. 111-138, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2021v7i17.p111-138

A NATUREZA CLASSISTA, SEXISTA, RACISTA E REGIONALISTA DO ACESSO AO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL DOS DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 2006 E 2017

Raphael Fernando Diniz[1]
Evandro Cesar Clemente[2]

Resumo: Buscou-se examinar, no presente artigo, as mudanças ocorridas nos índices de acesso ao atendimento técnico pelos estabelecimentos agropecuários no País e em seus entes federativos entre 2006 e 2017. Para consecução desse objetivo, realizou-se o exame de um conjunto de dados estatísticos dos censos agropecuários 2006 e 2017 com informações relativas ao recebimento do serviço de orientação técnica considerando as variáveis de classe, sexo e raça. A partir da análise dos dados, constatou-se que o acesso a esse serviço no País é marcado por uma natureza classista, sexista, racista e regionalista, ou seja: homens brancos e de classe social alta e média do Centro-Sul do País possuem maiores oportunidades e recursos para adquirirem novos conhecimentos e inovações científico-tecnológicas do que homens negros e, sobretudo, mulheres negras e de classes historicamente subalternizadas, situadas em regiões menos dinâmicas socioeconomicamente, como o Norte e o Nordeste, o que constitui um fator que concorre para perpetuar o quadro de desigualdade social, racial, regional e de gênero no campo brasileiro.

Palavras-chave: assistência técnica e extensão rural, interseccionalidade, PNATER, censo agropecuário.

THE CLASSIST, SEXIST, RACIST AND REGIONALIST NATURE OF ACCESS TO RURAL EXTENSION SERVICE: A SPATIO-TEMPORAL ANALYSIS OF 2006 AND 2017 AGRICULTURAL CENSUSES DATA

Abstract: This article seeks to examine the changes that occurred in the numbers of access to rural extension services in Brazil between 2006 and 2017. In order to fully achieve this objective, a set of statistical data from the 2006 and 2017 Agricultural Censuses with information related to access to the rural extension service according to criteria of class, gender, color was examined. From the analysis of these data, it

[1] Geógrafo, doutor em Geografia, Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí, GO.
E-mail: dinizrf@outlook.com
https://orcid.org/0000-0002-0664-2026

[2] Geógrafo, doutor em Geografia, professor da Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí, GO.
E-mail: evandrocclemente@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1499-8388

was found that access to this service in Brazil is marked by a classist, sexist, racist and regionalist nature, that is: white men, of upper and middle social class, who reside in the richest regions of the country have greater opportunities and resources to acquire new knowledge and scientific-technological innovations than black men and, above all, black women and historically 'subalternized' and marginalized classes, located in less economically dynamic regions, such as the North and Northeast. Such disparity is one of the main factors that contribute to perpetuate the social, racial, regional and gender inequality in the Brazilian countryside.

Keywords: technical assistance and rural extension, interseccionality, PNATER, agricultural census.

Introdução

No decorrer da segunda metade do século XX, o Estado brasileiro criou um complexo aparato institucional com o propósito de estreitar e expandir as relações técnicas e econômicas entre as atividades agropecuárias, industriais, o capital financeiro e destes com o setor externo (GONÇALVES NETO, 1997; HESPANHOL, 2008a; SILVA, 2003). Neste contexto, o desenvolvimento e a difusão de tecnologias e conhecimentos científicos voltados à introdução de novas lógicas e racionalidades de produção estreitamente ligadas à ordem hegemônica do capitalismo global foram viabilizados pela participação ativa de diversos agentes sociais, dentre os quais as instituições de assistência técnica e extensão rural (Ater). Estas atuaram na intermediação entre os institutos de pesquisa e inovação tecnológica e os produtores rurais, assim como na execução de políticas agrícolas e de crédito rural elaboradas pelo Estado brasileiro visando à modernização tecnológica das forças produtivas no campo (CAPORAL, 1998; FONSECA, 1985; QUEDA, 1987).

Ao atuarem ativamente na difusão de inovações científico-tecnológicas para as atividades agropecuárias, os agentes de Ater exerceram um notável protagonismo nos processos de (re) produção e (re)organização dos espaços rurais no Brasil, contribuindo, com efeito, para engendrar significativas transformações no meio geográfico, no qual ciência, tecnologia e informação passaram a configurar dialética e indissociavelmente os alicerces da ocupação, apropriação, produção, circulação e organização dos/nos territórios. Constituiu-se, por conseguinte, um novo, e cada vez mais globalizado, espaço rural, onde a natureza humanizada/artificial e as relações socioespaciais entre os atores sociais desse e de outros espaços foram subordinadas às novas ordens e racionalidades estranhas às lógicas locais. Nas palavras de Santos (2008[1996], p. 304):

> Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistério, onde cada gesto e cada resultado deve ser previsto de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia; as técnicas a serviço da produção, da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e da sua distribuição respondem ao modelo mundial e são calcadas em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claro for o cálculo na sua escolha e na sua implantação. [...] Nesse mundo rural assim domesticado, implanta-se um império do tempo medido, em que novas regularidades são buscadas. O respeito tradicional às condições naturais (solo, água, insolação etc.) cede lugar, em proporções diversas, segundo os produtos e as regiões, a um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento.

Não obstante o papel fundamental assumido na política de modernização da base técnica do setor agropecuário brasileiro, no final dos anos 1980, as instituições de Ater passaram por um processo de perda de prestígio e legitimidade junto ao Estado e de deterioração da qualidade dos atendimentos prestados aos produtores rurais, enfrentando diversos questionamentos e críticas sobre a eficiência, relevância e o alto custo de manter suas ações com um expressivo quadro de servidores e significativa abrangência espacial no País (MUSSOI, 1998; OLINGER, 1996). Em meio a um contexto político-econômico de imposição do receituário neoliberal pelo governo Collor (1990-1992), a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) sacramentou a retirada do Estado do financiamento e organização da política extensionista no Brasil. A partir dessa medida, o serviço extensionista ficou sob a responsabilidade dos governos estaduais e municipais e de várias entidades e organizações não governamentais, o que resultou em uma crise sem precedentes em sua história, com casos drásticos de reestruturação, fusão e extinção de entidades de Ater nos estados, demissão de servidores, arrocho salarial, sucateamento da infraestrutura de trabalho, cobrança pelos atendimentos prestados aos agricultores, perda da organicidade e articulação entre as entidades estaduais de Ater, etc. (CAPORAL, 1998, 2014; DIAS, 2007; OLINGER, 1996; PEIXOTO, 2008).

No início dos anos 2000, no entanto, estudos realizados sobre as políticas públicas de apoio à agricultura familiar implementadas a partir de meados da década de 1990 revelaram que as deficiências e carências nos serviços de Ater acarretavam graves impedimentos a uma maior abrangência socioespacial dessas políticas, impedindo-as de atingir seus objetivos finais (ABRAMOVAY, 1998; HESPANHOL, 2008b). Tornava-se imperativa, portanto, a elaboração de uma nova política extensionista que promovesse a oferta de serviços gratuitos, de qualidade e em quantidade satisfatória à demanda dos agricultores familiares e que contribuísse para a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais sustentável e solidário no campo brasileiro (CAPORAL, 2006, 2014).

Nesse contexto, em meio à consolidação de um governo democrático e popular, que buscava retomar o papel do Estado na promoção do desenvolvimento social e econômico do País e, para isso, criar mecanismos de participação e controle social das políticas públicas, foi instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Implementada a partir de 2004, a PNATER teve como propósito principal a promoção de um serviço extensionista mais comprometido com a sustentabilidade dos agroecossistemas, orientado pelos princípios da agroecologia e direcionado ao empoderamento, à autonomia e emancipação dos grupos sociais historicamente marginalizados das políticas agrícolas executadas no País ao longo do século XX.

Para sua operacionalização, o governo federal investiu na oferta de cursos de capacitação de agricultores familiares e técnicos agropecuários, na disponibilização de recursos e equipamentos para ampliação e modernização da infraestrutura de trabalho dos profissionais de Ater, em desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais, criação de redes temáticas de Ater, buscando articular as entidades extensionistas e aprimorar o intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre diferentes temas estratégicos focalizados na política, etc. (CAPORAL, 2006, 2014; DIESEL *et al.*, 2015).

No que concerne à necessidade de ampliar e qualificar o quadro de recursos humanos das entidades estatais de Ater, foram realizados, por parte dos governos estaduais, vários concursos

públicos em todo o País, elevando o contingente de profissionais de 20.599 em 2002 para mais de 25 mil em 2014 (dos quais 15.745 eram técnicos de campo), expandindo, por conseguinte, o quantitativo de municípios atendidos pelo serviço extensionista, que em 2002 eram 3.687 e em 2014 passou a ser 5.359, o que representa 96,2% dos municípios brasileiros (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2014).

Entre 2004 e 2018 foram disponibilizados mais de R$ 2,4 bilhões[3] para garantir a oferta de serviços de Ater nos estados da federação, atendendo, ao final desse período, aproximadamente 7 milhões de famílias predominantemente formadas por agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, mulheres e jovens.

No entanto, apesar dos expressivos investimentos e ações realizadas pelo governo federal para a implementação da política, os recursos disponibilizados anualmente às entidades estatais de Ater representaram apenas 7,5% do conjunto de sua receita, sendo a maior parte dos gastos coberta com recursos dos governos dos estados, aproximadamente R$ 1,7 bilhão anual (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2014; CAPORAL, 2014). Ademais, o número médio de extensionistas por estabelecimentos de agricultura familiar ainda está muito aquém do que o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)[4] considerava como ideal para a prestação de serviços de qualidade aos agricultores, que é de um técnico para 80 a 100 famílias (CAPORAL, 2014), com as piores médias localizadas na região Nordeste, que possui as maiores quantidades de estabelecimentos de agricultura familiar do Brasil, conforme se observa na Tabela 1. Considerando esses números, constata-se que há, no País, um déficit de no mínimo[5] 23.229 técnicos extensionistas, dos quais 57,6% são referentes à quantidade necessária para atender apenas a carência da região Nordeste.

Tabela 1. Número de técnicos de campo, total de estabelecimentos de agricultura familiar, relação técnico/estabelecimento de agricultura familiar e déficit de técnicos em 2020, Brasil e grandes regiões.

País e grandes regiões	Número de técnicos de campo	Total de estabelecimentos de agricultura familiar	Relação técnico/ estabelecimento de agricultura familiar	Déficit de técnicos
Brasil	15.745	3.897.408	1 : 248	23.229
Norte	2.617	480.575	1 : 184	2.188
Centro-Oeste	1.318	223.275	1 : 169	914
Sudeste	3.456	688.945	1 : 199	3.433
Sul	3.353	665.767	1 : 199	3.305
Nordeste	5.001	1.838.846	1 : 368	13.387

Fonte: Número de técnicos de campo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2014); total de estabelecimentos de agricultura familiar (IBGE, 2017). Tabulação e organização: os autores.

Estudos recentes (DINIZ, 2018; DINIZ; CLEMENTE, 2020a, 2020b; DINIZ; HESPANHOL, 2014, 2018; GERHARDT, 2014; RAMBO *et al.*, 2015; ZARNOTT *et al.*, 2015), relatórios elaborados por entidades de Ater (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E

[3] Dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em 2019 por meio do acesso à Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação).

[4] Extinto em 2016 após o golpe parlamentar realizado contra a Presidenta Dilma V. Rousseff (PT).

[5] No mínimo porquanto os dados mais atuais sobre a quantidade de técnicos de campo por região são de 2010, disponibilizados pela Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer). Se entre 2010 e 2019 a quantidade de extensionistas que deixou de exercer suas funções por motivos de aposentadoria ou demissão foi maior do que a contratada pelas entidades estaduais de Ater, esse número é maior do que aquele constatado na Tabela 1.

EXTENSÃO RURAL, 2018) e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2006, 2017) revelam que a oferta contínua e universal dos serviços de Ater no País, seja por meio das entidades estatais ou não estatais, permanece sendo um sério desafio ao Estado brasileiro. Com efeito, torna-se mais difícil aos produtores rurais o acesso às novas tecnologias, a conhecimentos e inovações que podem contribuir para o aprimoramento das práticas e técnicas de produção agropecuária e a inclusão nas políticas públicas que visam à manutenção dos estabelecimentos rurais, especialmente os de agricultura familiar.

Isso posto, considerando o significativo montante de recursos investidos pelo governo federal, visando ampliar, democratizar e universalizar a oferta dos serviços de Ater em todo o País, torna-se imperativo examinar em que medida essa nova política de estado alcançou resultados positivos em termos de melhoria nos índices de acesso à orientação técnica, sobretudo entre as classes e grupos sociais mais marginalizados: agricultores familiares, mulheres, negros e indígenas, e em regiões menos dinâmicas socioeconomicamente, como Norte e Nordeste.

Buscando averiguar essa questão, realizou-se, no presente artigo, o exame de um conjunto de dados estatísticos dos censos agropecuários do IBGE 2006 e 2017 com informações relativas ao acesso dos estabelecimentos agropecuários aos serviços de orientação técnica, os estratos de área dos estabelecimentos assistidos, o valor da produção, a tipologia, o sexo e a cor das(os) agricultoras(es) que receberam orientações técnicas.

Tendo em vista que as pesquisas censitárias do IBGE abrangem um período de tempo significativo e de fases distintas do processo de implementação da PNATER, que incluem os anos com maior aporte de recursos e ações desenvolvidas (2004-2015) e, mais recentemente, de drástica redução dos investimentos por parte do governo federal (2016-2018), argumenta-se que os dados estatísticos em questão podem ajudar a esclarecer os avanços, limites e desafios do estado brasileiro em contribuir para a expansão e democratização da oferta dos serviços de Ater entre as classes e grupos sociais historicamente e geograficamente marginalizados.

Ademais, afirma-se que a compreensão da situação e variação espaço-temporal desses dados possibilita ao governo federal e aos estaduais conhecerem melhor o cenário e o perfil do acesso ao serviço de orientação técnica no campo, subsidiando, com efeito, a elaboração de iniciativas que visam mitigar ou mesmo resolver questões que envolvem a ação extensionista em distintos contextos socioespaciais, de modo a atenuar as disparidades sociais e espaciais existentes no acesso a esses serviços.

O recorte espacial de investigação delimitado para este estudo compreende o Brasil, os 26 estados federativos e o Distrito Federal. Os dados foram analisados comparativamente, a fim de avaliar a situação, posição e evolução de uma unidade em relação a outra no período que compreende a realização dos dois censos. As análises realizadas baseiam-se em uma abordagem essencialmente quantitativa, a partir de uma verificação e interpretação das variações absolutas e relativas dos dados, assim como por meio de uma comparação **horizontal**, ou seja, entre os grupos sociais (de acordo com os marcadores de classe social, sexo, raça e região), e também **vertical**, realizando um exame intragrupo para determinar as proporções relativas dos que receberam e não receberam o serviço de orientação técnica.

Para consecução dos objetivos elencados foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: compilação, organização, cruzamento e espacialização de dados relativos ao acesso a orientação técnica pelos estabelecimentos agropecuários, considerando a sua extensão territorial, o valor da produção, a tipologia, o sexo e a cor dos dirigentes. A partir desse exercício foram construídas tabelas conforme os propósitos de análise deste estudo. O acesso a esses dados foi feito por meio do sítio eletrônico do Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), no qual constam as informações relativas aos censos agropecuários 2006 e 2017.

Complementarmente, por meio de requerimentos feitos no sítio eletrônico do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), foram obtidos documentos oficiais que continham informações e dados referentes às ações e aos investimentos realizados pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a implementação da PNATER.

Adicionalmente foram consultados estudos com análises e avaliações dos avanços e desafios enfrentados pelo governo federal e por entidades de Ater no processo de operacionalização da política extensionista nessas últimas décadas.

Por meio desses procedimentos foram realizadas a interpretação e a análise espaço-temporal dos dados estatísticos relativos ao acesso à orientação técnica no recorte espacial delimitado para este estudo. Foram também apresentados argumentos que explicam as mudanças observadas nesses dados e a sua expressão socioespacial no território nacional.

No item a seguir, proceder-se-ão às análises desses dados buscando criar uma inteligibilidade crítica sobre os avanços e desafios à promoção do acesso universal, contínuo e democrático aos serviços de Ater no Brasil e em seus entes federativos.

Caracterização, espacialização e análise da oferta de serviços de orientação técnica no Brasil e em seus entes federativos no período entre 2006 e 2017

Não obstante os expressivos investimentos feitos pela União na promoção dos serviços de Ater em todo o território nacional e as diversas iniciativas executadas pelos governos estaduais visando suprir parte da carência de recursos humanos e tecnológicos das entidades extensionistas, houve, entre 2006 e 2017, um aumento do número de estabelecimentos agropecuários sem acesso à orientação técnica no País, em 15 estados e no Distrito Federal, totalizando 4.047.881 estabelecimentos (80%), ante 4.030.587 em 2006 (78%), conforme pode ser observado na Tabela 2. Se no País esse aumento foi de 0,4% no período, em seus entes federativos foi ainda mais acentuado, variando entre 3% e 247%, com destaque para os estados da região Norte (7), que apresentaram as maiores variações, entre 20% e 247%. Por outro lado, o índice de estabelecimentos que receberam atendimento técnico variou negativamente no País (-10%) e positivamente em apenas oito entes federativos, entre 11% e 170%, totalizando 1.025.443 unidades assistidas (20% do total absoluto), ante 1.145.049 (22% do total absoluto) em 2006.

Tabela 2. Acesso à orientação técnica pelos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar no Brasil e em seus entes federativos nos anos de 2006 e 2017.

Grandes regiões	União e entes federativos	Orientação técnica	Total de estabelecimentos		Variação	Agricultura familiar: Lei nº 11.326		Variação	Agricultura não familiar		Variação
			2006	2017		2006	2017		2006	2017	
	Brasil	Total	5.175.636	5.073.324	-2%	4,366,267	3,897,408	-11%	809,369	1,175,916	+45%
		Recebeu	1.145.049	1.025.443	-10%	832,702	708,318	-15%	312,347	317,125	+2%
		Não recebeu	4.030.587	4.047.881	+0,004%	3,533,565	3,189,090	-10%	497,022	858,791	+73%
Norte	Rondônia	Total	87.078	91.438	+5%	75,165	74,329	-1%	11,913	17,109	+44%
		Recebeu	24.912	17.100	-31%	20,490	12,931	-37%	4,422	4,169	-6%
		Não recebeu	62.166	74.338	+20%	54,675	61,398	+12%	7,491	12,940	+73%
	Acre	Total	29.483	37.356	+27%	25,114	31,109	+24%	4,369	6,247	+43%
		Recebeu	2.873	4.270	+49%	2,204	3,338	+51%	669	932	+39%
		Não recebeu	26.610	33.086	+24%	22,910	27,771	+21%	3,700	5,315	44%
	Amazonas	Total	66.784	80.959	+21%	61,830	70,358	+14%	4,954	10,601	114%
		Recebeu	8.745	9.692	+11%	7,347	7,540	+3%	1,398	2,152	+54%
		Não recebeu	58.039	71.267	+23%	54,483	62,818	+15%	3,556	8,449	+138%
	Roraima	Total	10.310	16.846	+63%	8,898	13,103	+47%	1,412	3,743	+165%
		Recebeu	825	2.227	+170%	629	1,389	+121%	196	838	+328%
		Não recebeu	9.485	14.619	+54%	8,269	11,714	+42%	1,216	2,905	+139%
	Pará	Total	222.029	281.699	+27%	195,985	239,737	+22%	26,044	41,962	+61%
		Recebeu	21.346	16.869	-21%	15,821	11,317	-28%	5,525	5,552	+0,005
		Não recebeu	200.683	264.830	+32%	180,164	228,420	+27%	20,519	36,410	+77%
	Amapá	Total	3.527	8.507	+141%	2,865	6,984	+144%	662	1,523	+130%
		Recebeu	1.448	1.293	-11%	1,083	983	-9%	365	310	-15%
		Não recebeu	2.079	7.214	+247%	1,782	6,001	+237%	297	1,213	+308%
	Tocantins	Total	56.567	63.808	+13%	42,809	44,955	+5%	13,758	18,853	+37%
		Recebeu	13.373	8.900	-33%	9,054	4,900	-46%	4,319	4,0000	-7%
		Não recebeu	43.194	54.908	+27%	33,755	40,055	+19%	9,439	14,853	+57%

Continua

Tabela 2. Continuação.

Grandes regiões	União e entes federativos	Orientação técnica	Total de estabelecimentos		Variação	Agricultura familiar: Lei nº 11.326		Variação	Agricultura não familiar		Variação
			2006	2017		2006	2017		2006	2017	
Nordeste	Maranhão	Total	287.039	219.765	-23%	262,042	187,118	-29%	24,997	32,647	+31%
		Recebeu	12.198	9.283	-24%	8,693	5,408	-38%	3,505	3,875	+11%
		Não recebeu	274.841	210.482	-23%	253,349	181,710	-28%	21,492	28,772	+34%
	Piauí	Total	245.378	245.601	+0,001%	220,735	197,246	-11%	24,643	48,355	+96%
		Recebeu	15.589	8.474	-46%	11,957	5,616	-53%	3,632	2,858	-21%
		Não recebeu	229.789	237.127	+3%	208,778	191,630	-8%	21,011	45,497	+117%
	Ceará	Total	381.017	394.330	+3%	341,509	297,862	-13%	39,508	96,468	+144%
		Recebeu	45.094	42.608	-6%	36,938	32,120	-13%	8,156	10,488	+29%
		Não recebeu	335.923	351.722	+5%	304,571	265,742	-13%	31,352	85,980	+174%
	Rio Grande do Norte	Total	83.053	63.452	-24%	71,210	50,680	-29%	11,843	12,772	+8%
		Recebeu	18.356	10.205	-44%	14,639	7,106	-51%	3,717	3,099	-17%
		Não recebeu	64.697	53.247	-18%	56,571	43,574	-23%	8,126	9,673	+19%
	Paraíba	Total	167.286	163.218	-2%	148,069	125,489	-15%	19,217	37,729	+96%
		Recebeu	15.325	28.286	+85%	11,860	21,123	+78%	3,465	7,163	+107%
		Não recebeu	151.961	134.932	-11%	136,209	104,366	-23%	15,752	30,566	+94%
	Pernambuco	Total	304.790	281.688	-8%	275,720	232,611	-16%	29,070	49,077	+69%
		Recebeu	25.510	18.995	-26%	20,050	1,4016	-30%	5,460	4,979	-9%
		Não recebeu	279.280	262.693	-6%	255,670	218,595	-15%	23,610	44,098	+87%
	Alagoas	Total	123.332	98.542	-20%	111,750	82,369	-26%	11,582	16,173	+40%
		Recebeu	9.807	6.085	-38%	7,424	4,177	-44%	2,383	1,908	-20%
		Não recebeu	113.525	92.457	-19%	104,326	78,192	-25%	9,199	14,265	+55%
	Sergipe	Total	100.607	93.275	-7%	90,329	72,060	-20%	10,278	21,215	+106%
		Recebeu	11.156	8.312	-25%	8,983	5,791	-36%	2,173	2,521	+16%
		Não recebeu	89.451	84.963	-5%	81,346	66,269	-19%	8,105	18,694	+131%
	Bahia	Total	761.558	762.848	+0,001%	665,767	593,411	-11%	95,791	169,437	+77%
		Recebeu	52.672	58.556	+11%	36,073	39,472	+9%	16,599	19,084	+15%
		Não recebeu	708.886	704.292	-1%	629,694	553,939	-12%	79,192	150,353	+90%

Continua

Tabela 2. Continuação.

Grandes regiões	União e entes federativos	Orientação técnica	Total de estabelecimentos		Variação	Agricultura familiar: Lei nº 11.326		Variação	Agricultura não familiar		Variação
			2006	2017		2006	2017		2006	2017	
Sudeste	Minas Gerais	Total	551.621	607.557	+10%	437,320	441,829	+1%	114,301	165,728	+45%
		Recebeu	142.254	158.986	+12%	91,356	100,118	+10%	50,898	58,868	+16%
		Não recebeu	409.367	448.571	+10%	345,964	341,711	-1%	63,403	106,860	+69%
	Espírito Santo	Total	84.361	108.014	+28%	67,414	80,775	+20%	16,947	27,239	+61%
		Recebeu	21.832	25.321	+16%	14,854	17,088	+15%	6,978	8,233	+18%
		Não recebeu	62.529	82.693	+32%	52,560	63,687	+21%	9,969	19,006	+91%
	Rio de Janeiro	Total	58.493	65.224	+12%	44,121	43,786	-1%	14,372	21,438	+49%
		Recebeu	17.483	16.075	-8%	10,913	9253	-15%	6,570	6,822	+4%
		Não recebeu	41.010	49.149	+20%	33,208	34,533	+4%	7,802	14,616	+87%
	São Paulo	Total	227.622	188.620	-17%	150,900	122,555	-19%	76,722	66,065	-14%
		Recebeu	101.463	77.211	-24%	54,882	42,506	-23%	46,581	34,705	-25%
		Não recebeu	126.159	111.409	-12%	96,018	80,049	-17%	30,141	31,360	+4%
Sul	Paraná	Total	371.063	305.154	-18%	302,828	228,888	-24%	68,235	76,266	+12%
		Recebeu	163.565	137.499	-16%	125,265	100,350	-20%	38,300	37,149	-3%
		Não recebeu	207.498	167.655	-19%	177,563	128,538	-28%	29,935	39,117	+31%
	Santa Catarina	Total	193.668	183.066	-5%	168,512	142,987	-15%	25,156	4,0079	+59%
		Recebeu	104.017	94.863	-9%	89,747	77,530	-14%	14,270	17,333	+21%
		Não recebeu	89.651	88.203	-2%	78,765	65,457	-17%	10,886	22,746	+109%
	Rio Grande do Sul	Total	441.472	365.094	-17%	378,353	293,892	-22%	63,119	71,202	+13%
		Recebeu	219.921	182.283	-17%	184,329	147,519	-20%	35,592	34,764	-2%
		Não recebeu	221.551	182.811	-17%	194,024	146,373	-25%	27,527	36,438	+32%
Centro-Oeste	Goiás	Total	135.692	152.174	+12%	88,326	95,684	+8%	47,366	56,490	+19%
		Recebeu	39.961	33.419	-16%	19,758	14,995	-24%	20,203	18,424	-9%
		Não recebeu	95.731	118.755	+24%	68,568	80,689	+18%	27,163	38,066	+40%

Continua

Tabela 2. Continuação.

Grandes regiões	União e entes federativos	Orientação técnica	Total de estabelecimentos		Variação	Agricultura familiar: Lei nº 11.326		Variação	Agricultura não familiar		Variação
			2006	2017		2006	2017		2006	2017	
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Total	64.864	71.164	+10%	41,057	43,223	+5%	23,807	27,941	+17%
		Recebeu	24.552	22.598	-8%	10,412	9,417	-10%	14,140	13,181	-7%
		Não recebeu	40.312	48.566	+20%	30,645	33,806	+10%	9,667	14,760	+53%
	Mato Grosso	Total	112.987	118.679	+5%	85,815	81,635	-5%	27,172	37,044	+36%
		Recebeu	27.783	21.998	-21%	16,729	10,211	-39%	11,054	11,787	+7%
		Não recebeu	85.204	96.681	96.681	69,086	71,424	71,424	16,118	25,257	25,257
	Distrito Federal	Total	3.955	5.246	5.246	1,824	2,733	2,733	2,131	2,513	2,513
		Recebeu	2.989	4.035	4.035	1,212	2,104	2,104	1,777	1,931	1,931
		Não recebeu	966	1.211	1.211	612	629	629	354	582	582

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em IBGE (2006, 2017).

Dentre os tipos de estabelecimentos agropecuários presentes no campo brasileiro, os pertencentes à categoria "agricultura familiar" foram os que tiveram as maiores variações negativas nos índices de acesso à orientação técnica: -15% no País e entre -9% e -53% em 19 entes federativos, verificados sobretudo nos estados das regiões Nordeste (8) e Norte (4), totalizando 708.318 estabelecimentos assistidos em 2017 (ante 832.702 em 2006). As unidades "não familiares", por sua parte, apresentaram crescimento no número de estabelecimentos atendidos em 2% no País e redução mais modesta em 12 estados, entre -2% e -25%, dos quais três pertencem à região Norte e quatro à Nordeste, totalizando 317.125 estabelecimentos assistidos em 2017 (ante 312.347 em 2006).

Ressalta-se, a esse respeito, que entre 2006 e 2017 houve redução de -11% no número de estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil e, em 16 estados, entre -1% e -29%, com destaque para a região Nordeste, onde em todos os estados (9) observaram-se as maiores variações negativas, entre -11% e -29%, o que significou o desaparecimento de cerca de 350 mil unidades de produção familiar na região, quantidade equivalente a 74% do total de estabelecimentos de agricultura familiar extintos em todo o País no período.

Depreende-se, a partir de uma análise socioespacial desses números, que, dentre os grupos sociais e as regiões com as maiores variações negativas no índice de acesso ao serviço de orientação técnica, a maior parte concentra-se entre os agricultores familiares e nos estados do Norte e Nordeste, ou seja, os grupos historicamente e politicamente mais marginalizados e as regiões mais carentes do País, que, segundo Diniz (2018) e Diniz e Hespanhol (2018), foram as menos beneficiadas com os recursos financeiros da União ao longo do processo de implementação da PNATER.

Essa diferença entre os índices dos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar representa o primeiro indicativo (dentre outros apresentados a seguir) do que se qualifica como

natureza classista do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil, uma vez que os produtores mais capitalizados são os que possuem as melhores condições financeiras, organizacionais e políticas para obter o atendimento prestado por entidades estatais ou não estatais de Ater.

Outro indicador que evidencia a natureza classista do acesso à orientação técnica no Brasil é o índice de obtenção desse serviço por estratos de área dos estabelecimentos agropecuários. Embora, em números absolutos, os estabelecimentos com extensão inferior a 100 ha, incluindo os "produtores sem área", constituíssem cerca de 83% das unidades atendidas em todo o território nacional em 2006 e 2017, em números relativos esses estabelecimentos representaram apenas 20% do total de unidades com extensão territorial equivalente, conforme se observa na Tabela 3. Por outro lado, os estabelecimentos com extensão entre 100 ha e 2.500 ha e mais correspondiam, nesse período, a 17% das unidades atendidas em todo o País, mas, em números relativos, representavam 38% do total de unidades com extensão territorial equivalente (chegando até 69% no estrato de 2.500 ha e mais).

Entre os entes federativos, os piores índices de acesso à orientação técnica pelos estabelecimentos de pequeno e médio porte foram observados nos estados das regiões Norte e Nordeste, variando de 3% a 17% em 2017 (ante 3% a 26% em 2006), ao passo que nas regiões mais ricas, como o Sudeste e o Sul, esse índice variou de 22% a 51% (ante 23% a 53% em 2006). No que concerne aos estabelecimentos de grande porte, os maiores índices de acesso à orientação técnica concentram-se nessas duas regiões, variando de 45% a 76% em 2017 (ante 47% a 68% em 2006), enquanto no Norte e Nordeste observa-se uma variação menor, entre 11% e 38% (ante 11% a 40% em 2006).

Acrescenta-se que entre 2006 e 2017 houve redução significativa do número de estabelecimentos de pequeno e médio porte que receberam orientação técnica no País, totalizando 111.842 estabelecimentos, o que equivale a uma variação negativa de -14,5%, ao passo que, entre os estabelecimentos de maior porte, ocorreu menor redução, cerca de -4%, um montante de 7.764 estabelecimentos, ou até mesmo aumento do número daqueles com acesso a esse serviço em determinados estratos de área, ampliando em 8% entre os estabelecimentos com extensão de 1.000 ha a menos de 2.500 ha e 18% entre aqueles com 2.500 ha e mais.

Evidencia-se, desse modo, que a natureza classista do acesso aos serviços de orientação técnica no País e em seus entes federativos está indissociavelmente relacionada ao fato de que as oportunidades de obtenção desse serviço são diretamente proporcionais ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários e, por conseguinte, à quantidade de recursos financeiros possuídos pelos administradores desses estabelecimentos.

O terceiro e último indicador que corrobora nossa hipótese é o índice de acesso ao serviço de orientação técnica por classes de valor da produção, disponibilizado apenas pelo censo agropecuário de 2017. No Brasil, dentre os estabelecimentos que não foram atendidos nesse ano, em cerca de 83% o valor da produção foi inferior a R$ 25 mil, inclusos os "sem valor", enquanto aqueles cujos valores variaram entre R$ 25 mil e R$ 100 mil e mais somavam apenas 17%, conforme se observa na Tabela 4. Entre os estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica, a desigualdade persiste: as unidades com valor da produção inferior a R$ 25 mil, inclusos os "sem valor", representavam cerca de 39% dos estabelecimentos assistidos, ao passo que aqueles cujos valores variaram entre R$ 25 mil e R$ 100 mil e mais somavam 61%.

Tabela 3. Acesso à orientação técnica no Brasil e em seus entes federativos segundo os estratos de área* dos estabelecimentos agropecuários nos anos de 2006 e 2017.

Grandes regiões	União e entes federativos	Produtor sem área	Mais de 0 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 1.000 ha	De 1.000 a menos de 2.500 ha	De 2.500 ha e mais
		Percentual de estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica em 2006								
	Brasil	6%	14%	31%	29%	32%	40%	50%	57%	64%
Norte	Rondônia	10%	16%	29%	32%	37%	39%	44%	46%	59%
	Acre	1%	5%	12%	12%	7%	14%	10%	25%	44%
	Amazonas	4%	8%	19%	19%	25%	30%	35%	36%	40%
	Roraima	2%	12%	8%	6%	9%	11%	18%	17%	31%
	Pará	2%	5%	12%	12%	11%	16%	28%	35%	47%
	Amapá	65%	20%	23%	57%	35%	35%	54%	58%	61%
	Tocantins	11%	18%	27%	18%	17%	23%	29%	39%	47%
Nordeste	Maranhão	2%	3%	6%	5%	7%	12%	24%	34%	50%
	Piauí	3%	5%	9%	6%	8%	13%	21%	28%	49%
	Ceará	6%	9%	21%	23%	25%	28%	34%	39%	38%
	Rio Grande do Norte	15%	14%	35%	27%	32%	34%	42%	45%	38%
	Paraíba	4%	6%	14%	17%	22%	26%	30%	38%	47%
	Pernambuco	3%	7%	11%	12%	17%	24%	37%	36%	22%
	Alagoas	4%	6%	14%	18%	28%	43%	53%	69%	72%
	Sergipe	7%	9%	17%	22%	29%	36%	41%	49%	73%
	Bahia	3%	4%	9%	12%	16%	24%	33%	43%	54%
Sul	Minas Gerais	10%	16%	29%	37%	44%	50%	57%	63%	72%
	Espírito Santo	14%	19%	28%	39%	47%	57%	64%	79%	80%
	Rio de Janeiro	29%	21%	37%	48%	53%	59%	69%	79%	70%
	São Paulo	15%	30%	49%	58%	64%	69%	76%	82%	87%

Continua

Tabela 3. Continuação.

Grandes regiões	União e entes federativos	Produtor sem área	Mais de 0 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 1.000 ha	De 1.000 a menos de 2.500 ha	De 2.500 ha e mais
Sudeste	Paraná	13%	32%	52%	64%	68%	63%	78%	80%	85%
	Santa Catarina	37%	43%	60%	61%	58%	60%	69%	75%	78%
	Rio Grande do Sul	25%	37%	58%	58%	58%	63%	74%	81%	89%
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	20%	19%	27%	37%	45%	57%	65%	73%	78%
	Mato Grosso	10%	11%	21%	23%	22%	31%	43%	53%	63%
	Goiás	15%	14%	25%	29%	36%	44%	54%	62%	74%
	Distrito Federal	-	66%	83%	87%	86%	93%	96%	91%	88%
Percentual de estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica em 2017										
	Brasil	5%	13%	27%	26%	30%	38%	48%	58%	69%
Norte	Rondônia	19%	14%	18%	20%	21%	26%	31%	48%	67%
	Acre	16%	10%	12%	10%	11%	13%	12%	32%	51%
	Amazonas	5%	8%	15%	16%	18%	25%	29%	31%	42%
	Roraima	5%	6%	19%	11%	18%	25%	39%	41%	51%
	Pará	4%	3%	6%	6%	8%	13%	21%	32%	42%
	Amapá	7%	13%	15%	15%	19%	23%	21%	32%	32%
	Tocantins	13%	10%	11%	11%	11%	17%	28%	38%	57%
Nordeste	Maranhão	2%	3%	4%	5%	8%	14%	28%	45%	69%
	Piauí	2%	2%	4%	5%	6%	11%	16%	29%	60%
	Ceará	3%	10%	17%	17%	18%	20%	22%	33%	44%
	Rio Grande do Norte	7%	10%	20%	22%	26%	32%	33%	41%	52%
	Paraíba	20%	14%	23%	25%	30%	36%	41%	49%	68%
	Pernambuco	4%	5%	10%	11%	14%	20%	29%	40%	61%
	Alagoas	5%	4%	12%	17%	25%	41%	57%	77%	82%
	Sergipe	5%	7%	13%	20%	28%	38%	57%	71%	93%
	Bahia	4%	6%	8%	11%	16%	23%	32%	47%	68%

Continua

Tabela 3. Continuação.

Grandes regiões	União e entes federativos	Produtor sem área	Mais de 0 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 a menos de 1.000 ha	De 1.000 a menos de 2.500 ha	De 2.500 ha e mais
		Percentual de estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica em 2017								
Sudeste	Minas Gerais	16%	19%	27%	34%	40%	47%	55%	63%	78%
	Espírito Santo	11%	18%	27%	37%	42%	48%	64%	70%	89%
	Rio de Janeiro	15%	18%	29%	40%	46%	55%	67%	71%	68%
	São Paulo	25%	26%	43%	53%	63%	72%	81%	88%	93%
Sul	Paraná	12%	30%	52%	69%	73%	77%	80%	85%	89%
	Santa Catarina	32%	38%	59%	65%	63%	67%	71%	79%	85%
	Rio Grande do Sul	29%	35%	57%	62%	59%	64%	73%	83%	91%
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	19%	18%	23%	30%	37%	47%	58%	67%	73%
	Mato Grosso	13%	9%	12%	12%	16%	28%	42%	56%	70%
	Goiás	10%	9%	17%	22%	28%	38%	48%	60%	72%
	Distrito Federal	67%	73%	83%	84%	85%	88%	75%	90%	91%

*Os valores percentuais são relativos ao total de estabelecimentos de cada estrato de área, ou seja, proporcionalmente ao seu grupo.

Elaborado pelos autores, com base em IBGE (2006, 2017).

Entre os entes federativos, os estabelecimentos agropecuários não atendidos nesse ano e cujo valor da produção foi inferior a R$ 25 mil, inclusos os "sem valor", concentravam-se sobretudo nos estados do Nordeste, onde os índices variaram entre 86% e 97%, e Norte, com variação entre 63% e 82%, enquanto no Centro-Sul esses estabelecimentos representaram entre 62% e 75% das unidades não assistidas. Por outro lado, no que concerne aos estabelecimentos agropecuários com acesso ao serviço de orientação técnica, as unidades cujo valor da produção era inferior a R$ 25 mil, inclusos os "sem valor", representaram cerca de 45% a 86% dos estabelecimentos assistidos nas regiões Norte e Nordeste, índices superiores aos obtidos pelos estabelecimentos dos estados do Centro-Sul, que variaram de 21% a 50%. Essa diferença se justifica pelo fato de que, nas regiões Norte e Nordeste, os estabelecimentos com menor valor da produção eram, em números absolutos, maioria dentre os que receberam orientação técnica, enquanto no Centro-Sul os estabelecimentos com valor da produção de R$ 25 mil e mais constituíam a maior parte das unidades atendidas em 2017. No entanto, em números relativos, os estabelecimentos agropecuários do Norte e Nordeste com valor da produção inferior a R$ 25 mil, inclusos os "sem valor", apresentaram índices de acesso à orientação técnica inferiores aos estabelecimentos dos estados do Centro-Sul, ou seja, representavam

uma parcela bem menor do total de unidades com valor da produção equivalente quando comparados àqueles do Sudeste, Sul e Centro-Oeste brasileiros.

Depreende-se, com efeito, que um dos principais objetivos do Estado ao implementar a PNATER, que é a promoção do acesso universal e contínuo ao serviço extensionista para os atores sociais historicamente e geograficamente marginalizados nos espaços rurais do País, não só não foi atingido nesses mais de 15 anos de operacionalização da política, como também foi incapaz de evitar que houvesse uma piora nesse indicador no território nacional e na maioria de seus entes federativos, sobretudo naqueles localizados em regiões mais carentes e deprimidas socioeconomicamente, como Norte e Nordeste. Isso posto, evidencia-se a necessidade de ampliação, continuidade e distribuição equânime dos investimentos e ações por parte dos poderes públicos federal, estaduais e municipais, de modo a corrigir essas desigualdades socioespaciais no acesso à orientação técnica no País, visando fomentar, viabilizar e ampliar a oferta de serviços que promovam a disponibilização de conhecimentos, técnicas e políticas públicas que são de significativa importância para manutenção dos agricultores familiares no campo.

Tabela 4. Acesso à orientação técnica no Brasil e em seus entes federativos segundo as classes de valores da produção dos estabelecimentos agropecuários, em 2017.

Grandes regiões	União e estados federativos	Sem valor da produção	Maior que 0 e menor que R$ 5.000,00	De R$ 5.000 a menos de R$ 10.000	De R$ 10.000 a menos de R$ 25.000	De R$ 25.000 a menos de R$ 50.000	De R$ 50.000 a menos de R$ 100.000	De R$ 100.000 e mais
	Percentual de estabelecimentos agropecuários que não receberam orientação técnica em 2017							
	Brasil	4%	14%	7%	14%	15%	16%	30%
Norte	Rondônia	6%	9%	8%	22%	20%	16%	18%
	Acre	1%	19%	19%	28%	14%	8%	10%
	Amazonas	3%	19%	16%	28%	16%	10%	8%
	Roraima	5%	19%	11%	21%	16%	10%	17%
	Pará	5%	17%	12%	20%	14%	11%	20%
	Amapá	4%	12%	13%	22%	21%	16%	11%
	Tocantins	4%	13%	11%	19%	14%	11%	27%
Nordeste	Maranhão	3%	27%	13%	16%	12%	10%	20%
	Piauí	2%	42%	16%	17%	8%	5%	10%
	Ceará	1%	56%	15%	15%	7%	4%	4%
	Rio Grande do Norte	1%	31%	17%	22%	12%	8%	10%
	Paraíba	2%	51%	17%	16%	7%	4%	3%
	Pernambuco	7%	40%	13%	16%	9%	6%	10%
	Alagoas	4%	32%	15%	17%	12%	7%	14%
	Sergipe	5%	27%	14%	21%	12%	8%	12%
	Bahia	5%	37%	14%	17%	10%	6%	11%
Sudeste	Minas Gerais	6%	11%	7%	16%	16%	15%	29%
	Espírito Santo	4%	7%	7%	19%	21%	18%	24%
	Rio de Janeiro	9%	12%	9%	20%	18%	15%	17%
	São Paulo	10%	7%	6%	14%	14%	14%	36%

Continua

Tabela 4. Continuação.

Grandes regiões	União e estados federativos	Sem valor da produção	Maior que 0 e menor que R$ 5.000,00	De R$ 5.000 a menos de R$ 10.000	De R$ 10.000 a menos de R$ 25.000	De R$ 25.000 a menos de R$ 50.000	De R$ 50.000 a menos de R$ 100.000	De R$ 100.000 e mais
	Percentual de estabelecimentos agropecuários que não receberam orientação técnica em 2017							
Sul	Paraná	3%	5%	4%	11%	16%	20%	42%
	Santa Catarina	2%	5%	4%	11%	16%	24%	37%
	Rio Grande do Sul	1%	4%	4%	12%	19%	23%	37%
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	8%	7%	5%	12%	10%	10%	48%
	Mato Grosso	7%	6%	5%	10%	11%	11%	50%
	Goiás	5%	6%	5%	12%	13%	14%	46%
	Distrito Federal	2%	14%	10%	18%	15%	15%	25%
	Percentual de estabelecimentos agropecuários que não recebem orientação técnica							
	Brasil	7%	47%	13%	16%	8%	5%	4%
Norte	Rondônia	11%	17%	11%	24%	18%	11%	8%
	Acre	2%	28%	18%	29%	13%	6%	3%
	Amazonas	3%	32%	22%	26%	11%	5%	2%
	Roraima	6%	36%	18%	21%	10%	5%	3%
	Pará	6%	30%	17%	24%	12%	7%	5%
	Amapá	3%	24%	18%	26%	16%	8%	5%
	Tocantins	7%	26%	16%	25%	14%	7%	6%
Nordeste	Maranhão	3%	55%	17%	15%	5%	3%	2%
	Piauí	2%	75%	12%	8%	2%	1%	0%
	Ceará	1%	74%	11%	8%	3%	1%	1%
	Rio Grande do Norte	2%	45%	19%	20%	8%	4%	2%
	Paraíba	3%	67%	13%	11%	4%	2%	1%
	Pernambuco	7%	65%	11%	10%	4%	2%	1%
	Alagoas	4%	64%	13%	11%	4%	2%	1%
	Sergipe	10%	48%	14%	15%	6%	3%	2%
	Bahia	8%	61%	13%	11%	4%	2%	1%
Sudeste	Minas Gerais	9%	34%	13%	19%	11%	7%	6%
	Espírito Santo	8%	20%	14%	24%	17%	10%	7%
	Rio de Janeiro	12%	29%	12%	21%	13%	8%	5%
	São Paulo	18%	18%	10%	18%	13%	10%	12%
Sul	Paraná	10%	32%	13%	19%	12%	7%	7%
	Santa Catarina	11%	25%	14%	21%	13%	9%	7%
	Rio Grande do Sul	6%	23%	14%	23%	16%	10%	8%

Continua

Tabela 4. Continuação.

Grandes regiões	União e estados federativos	Sem valor da produção	Maior que 0 e menor que R$ 5.000,00	De R$ 5.000 a menos de R$ 10.000	De R$ 10.000 a menos de R$ 25.000	De R$ 25.000 a menos de R$ 50.000	De R$ 50.000 a menos de R$ 100.000	De R$ 100.000 e mais
	Percentual de estabelecimentos agropecuários que não recebem orientação técnica							
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	15%	21%	12%	20%	12%	8%	12%
	Mato Grosso	14%	20%	10%	19%	15%	11%	11%
	Goiás	9%	20%	12%	21%	16%	11%	12%
	Distrito Federal	5%	32%	14%	19%	10%	9%	11%

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em IBGE (2017).

No que concerne ao acesso a serviço de orientação técnica por sexo da pessoa que dirige o estabelecimento agropecuário, constata-se que entre 2006 e 2017 houve redução de cerca de -16% no número de homens assistidos, passando de 1.061.904 para 896.149 indivíduos, quantidade equivalente a 22% do total de estabelecimentos dirigidos por produtores do sexo masculino, ao passo que, entre as mulheres, observou-se aumento de 40% nesse índice, passando de 83.145 para 116.127 indivíduos, o que equivale a 12% do total de estabelecimentos dirigidos por produtores do sexo feminino, como se observa na Tabela 5. Não obstante o expressivo aumento percentual do acesso à orientação técnica por parte do público feminino, o número de mulheres que não receberam esse serviço cresceu de forma ainda mais significativa no período, passando de 573.110 para 829.948 indivíduos (45% de aumento), montante equivalente a 88% dos estabelecimentos dirigidos por pessoas do sexo feminino, enquanto que entre os homens esse índice diminuiu em -7%, passando de 3.457.477 para 3.214.301 indivíduos, o que equivale a 78% do total de estabelecimentos agropecuários dirigidos por produtores do sexo masculino. Com efeito, em 2017, as mulheres representavam apenas 11% do total de dirigentes dos estabelecimentos agropecuários que foram assistidos pelo serviço de orientação técnica no Brasil (ante 7% em 2006), sendo que o número daquelas que não receberam esse serviço era cerca de sete vezes maior do que as que receberam, enquanto entre os homens essa proporção era de 4 para 1.

Entre os entes federativos, constata-se que, em relação ao total de estabelecimentos agropecuários dirigidos por pessoas do sexo feminino, os menores índices de mulheres que receberam orientação técnica encontram-se nos estados do Norte e Nordeste, variando entre 3% e 15%, ao passo que nos estados do Centro-Sul esse índice variou entre 17% e 77%. Ou seja: as desiguais oportunidades de acesso à assistência técnica pelo público feminino é, além de uma questão de gênero, uma problemática socioespacial, uma vez que as mulheres rurais residentes em regiões menos dinâmicas socioeconomicamente, como o Norte e o Nordeste, possuem mais limitações (econômicas, culturais, institucionais, organizacionais, etc.) para se obter atendimento técnico do que aquelas do Centro-Sul do País.

Evidencia-se, com efeito, a **natureza sexista** do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil e em seus entes federativos, marcada pela significativa disparidade nos dados de recebimento e não recebimento desse serviço por homens e mulheres dirigentes dos estabelecimentos agropecuários. Esse quadro é produto da assimetria e subalternidade posicional da mulher rural e do fato de seu trabalho não ser concebido como ligado à esfera produtiva, o que, conforme estudos de Fiúza *et al.* (2009), acaba por reproduzir um círculo vicioso, cultural-institucional, com implicações diversas para as possibilidades de acesso aos conhecimentos e inovações científico-tecnológicas e, por conseguinte, para desenvolvimento de suas múltiplas capacidades e habilidades. Acrescenta-se, ademais, que as instituições estatais de Ater, ao reproduzirem a cultura sexista em seu habitus institucional, normatizam práticas extensionistas apropriadas e distintas para o público masculino e feminino no campo, preservando o ethos estabelecido durante o período denominado de "difusionista-produtivista" (1963-1985), por Rodrigues (1997), contribuindo para a manutenção desse quadro de divisão sexual do trabalho que negligencia o papel produtivo das mulheres (FIÚZA *et al.*, 2009; MONTEIRO, 2008; SILIPRANDI, 1999, 2002). A esse respeito, Siliprandi (2002, p. 40) afirma:

> Não há como analisar o trabalho da extensão rural sem perceber que ele foi, permanentemente, marcado por um viés de gênero. Assim como as extensionistas mulheres sofriam uma série de restrições ao seu trabalho, no caso das mulheres rurais, esse viés se manifestava basicamente na negação de seu papel enquanto agricultoras. [...] Essa ação contribuiu para a exclusão das mulheres dos espaços onde se tratava das questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola, embora elas sempre tenham participado ativamente dessas atividades e sobre elas recaíssem as consequências das mudanças ocorridas.

Desse modo, embora a PNATER tenha estabelecido normas e orientações com direcionamento antissexista para a ação extensionista, visando contribuir para a superação das desigualdades nas relações de gênero e da discriminação, opressão e exclusão das mulheres rurais, utilizando-se para isso, entre outros instrumentos, de chamadas públicas elaboradas especificamente com enfoque na promoção da equidade de gênero, constata-se que ainda persiste no Brasil e em seus entes federativos, sobretudo naqueles das regiões menos dinâmicas socioeconomicamente, um forte viés sexista no acesso ao serviço de orientação técnica. Urge, portanto, criar instrumentos de políticas públicas e subsidiar ações visando mitigar essas questões; do contrário, o campo continuará sendo, para muitas mulheres, um meio com baixa qualidade de vida, sem expectativas de crescimento profissional e de mudanças no lugar que ocupam na hierarquia familiar e social, o que estimula, conforme alertam Fiúza *et al.* (2009), a saída de moças em direção às cidades e contribui para deixar o espaço rural com uma cara cada vez mais masculina.

Por fim, em relação ao acesso a serviço de orientação técnica por cor ou raça do produtor, o levantamento de dados sobre essa questão foi feito apenas no Censo Agropecuário de 2017. Depreende-se, pela análise dos dados, que a maior parte dos produtores que receberam orientação técnica no ano mencionado se autodeclarou branca (70,5%); os de cor negra (pretos e pardos) compunham 28% desse universo, seguidos pelos de cor amarela (1%) e índios (0,5%), conforme se observa na Tabela 6. Entre os produtores que não foram assistidos, a maior parte é composta por negros (59%), seguidos pelos brancos (39%), amarelos (1%) e indígenas (1%). Em números

relativos, considerando a quantidade de produtores de uma mesma cor ou raça que não receberam orientação técnica, em relação ao total de produtores que se autodeclararam com a mesma cor ou raça, constata-se que o quadro de desigualdade é ainda mais acentuado entre brancos e demais cores ou raças: os produtores brancos não assistidos representavam 69% de seu universo, ao passo que os amarelos somavam 72%, os negros, 89% e os indígenas, 92%.

Tabela 5. Acesso à orientação técnica no Brasil e em seus entes federativos segundo as classes de valores da produção dos estabelecimentos agropecuários, em 2017.

Grandes regiões	União, estado e mesorregiões geográficas	Orientação técnica	2006			2017		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Brasil	Total	5.175.636	4.519.381	656.255	5.056.525	4.110.450	946.075
		Recebeu	1.145.049	1.061.904	83.145	1.012.276	896.149	116.127
		Não recebeu	4.030.587	3.457.477	573.110	4.044.249	3.214.301	829.948
Norte	Rondônia	Total	87.078	79.257	7.821	91.349	77.016	14.333
		Recebeu	24.912	22.961	1.951	17.044	14.887	2.157
		Não recebeu	62.166	56.296	5.870	74.305	62.129	12.176
	Acre	Total	29.483	26.600	2.883	37.317	29.771	7.546
		Recebeu	2.873	2.614	259	4.242	3.460	782
		Não recebeu	26.610	23.986	2.624	33.075	26.311	6.764
	Amazonas	Total	66.784	59.919	6.865	80.891	63.982	16.909
		Recebeu	8.745	8.033	712	9.651	7.831	1.820
		Não recebeu	58.039	51.886	6.153	71.240	56.151	15.089
	Roraima	Total	10.310	8.993	1.317	16.817	13.155	3.662
		Recebeu	825	706	119	2.203	1.803	400
		Não recebeu	9.485	8.287	1.198	14.614	11.352	3.262
	Pará	Total	222.029	198.384	23.645	281.428	223.955	57.473
		Recebeu	21.346	19.404	1.942	16.690	14.088	2.602
		Não recebeu	200.683	178.980	21.703	264.738	209.867	54.871
	Amapá	Total	3.527	3.164	363	8.480	6.494	1.986
		Recebeu	1.448	1.283	165	1.275	1.017	258
		Não recebeu	2.079	1.881	198	7.205	5.477	1.728
	Tocantins	Total	56.567	51.382	5.185	63.647	53.300	10.347
		Recebeu	13.373	12.151	1.222	8.788	7.592	1.196
		Não recebeu	43.194	39.231	3.963	54.859	45.708	9.151
Nordeste	Maranhão	Total	287.039	237.673	49.366	219.550	174.696	44.854
		Recebeu	12.198	10.874	1.324	9.111	7.714	1.397
		Não recebeu	274.841	226.799	48.042	210.439	166.982	43.457
	Piauí	Total	245.378	212.695	32.683	245.400	191.060	54.340
		Recebeu	15.589	12.857	2.732	8.311	6.766	1.545
		Não recebeu	229.789	199.838	29.951	237.089	184.294	52.795

Continua

Tabela 5. Continuação.

Grandes regiões	União, estado e mesorregiões geográficas	Orientação técnica	2006			2017		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Nordeste	Ceará	Total	381.017	338.607	42.410	393.804	317.535	76.269
		Recebeu	45.094	41.635	3.459	42.256	35.839	6.417
		Não recebeu	335.923	296.972	38.951	351.548	281.696	69.852
	Rio Grande do Norte	Total	83.053	73.813	9.240	63.222	53.206	10.016
		Recebeu	18.356	16.640	1.716	10.033	8.548	1.485
		Não recebeu	64.697	57.173	7.524	53.189	44.658	8.531
	Paraíba	Total	167.286	140.678	26.608	163.083	125.383	37.700
		Recebeu	15.325	13.640	1.685	28.183	22.557	5.626
		Não recebeu	151.961	127.038	24.923	134.900	102.826	32.074
	Pernambuco	Total	304.790	249.148	55.642	281.386	205.065	76.321
		Recebeu	25.510	22.192	3.318	18.766	14.634	4.132
		Não recebeu	279.280	226.956	52.324	262.620	190.431	72.189
	Alagoas	Total	123.332	102.765	20.567	98.362	75.416	22.946
		Recebeu	9.807	8.654	1.153	5.927	4.892	1.035
		Não recebeu	113.525	94.111	19.414	92.435	70.524	21.911
	Sergipe	Total	100.607	80.939	19.668	93.148	72.086	21.062
		Recebeu	11.156	9.689	1.467	8.211	6.887	1.324
		Não recebeu	89.451	71.250	18.201	84.937	65.199	19.738
	Bahia	Total	761.558	625.306	136.252	761.921	567.271	194.650
		Recebeu	52.672	47.222	5.450	57.902	46.170	11.732
		Não recebeu	708.886	578.084	130.802	704.019	521.101	182.918
Sudeste	Minas Gerais	Total	551.621	492.247	59.374	605.325	518.582	86.743
		Recebeu	142.254	132.740	9.514	157.204	141.709	15.495
		Não recebeu	409.367	359.507	49.860	448.121	376.873	71.248
	Espírito Santo	Total	84.361	75.771	8.590	107.734	93.073	14.661
		Recebeu	21.832	20.313	1.519	25.113	22.504	2.609
		Não recebeu	62.529	55.458	7.071	82.621	70.569	12.052
	Rio de Janeiro	Total	58.493	51.693	6.800	64.832	54.589	10.243
		Recebeu	17.483	16.104	1.379	15.765	13.920	1.845
		Não recebeu	41.010	35.589	5.421	49.067	40.669	8.398
	São Paulo	Total	227.622	207.130	20.492	184.798	160.917	23.881
		Recebeu	101.463	94.020	7.443	73.992	65.191	8.801
		Não recebeu	126.159	113.110	13.049	110.806	95.726	15.080
Sul	Paraná	Total	371.063	336.200	34.863	303.541	262.895	40.646
		Recebeu	163.565	154.081	9.484	136.218	124.639	11.579
		Não recebeu	207.498	182.119	25.379	167.323	138.256	29.067

Continua

Tabela 5. Continuação.

Grandes regiões	União, estado e mesorregiões geográficas	Orientação técnica	2006			2017		
			Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Sul	Santa Catarina	Total	193.668	179.213	14.455	181.674	162.900	18.774
		Recebeu	104.017	98.850	5.167	93.844	87.232	6.612
		Não recebeu	89.651	80.363	9.288	87.830	75.668	12.162
	Rio Grande do Sul	Total	441.472	400.635	40.837	363.624	319.691	43.933
		Recebeu	219.921	207.133	12.788	181.154	166.053	15.101
		Não recebeu	221.551	193.502	28.049	182.470	153.638	28.832
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Total	64.864	58.038	6.826	70.470	56.832	13.638
		Recebeu	24.552	22.729	1.823	22.024	18.752	3.272
		Não recebeu	40.312	35.309	5.003	48.446	38.080	10.366
	Mato Grosso	Total	112.987	102.733	10.254	118.071	98.147	19.924
		Recebeu	27.783	25.657	2.126	21.498	18.957	2.541
		Não recebeu	85.204	77.076	8.128	96.573	79.190	17.383
	Goiás	Total	135.692	122.899	12.793	151.464	129.088	22.376
		Recebeu	39.961	37.024	2.937	32.888	29.172	3.716
		Não recebeu	95.731	85.875	9.856	118.576	99.916	18.660
	Distrito Federal	Total	3.955	3.499	456	5.187	4.345	842
		Recebeu	2.989	2.698	291	3.983	3.335	648
		Não recebeu	966	801	165	1.204	1.010	194

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em IBGE (2006, 2017).

Entre os entes federativos, os produtores que se autodeclararam brancos apresentaram as maiores proporções de recebimento do serviço de orientação técnica nos estados da região Centro-Sul, com destaque para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, obtendo-se, respectivamente, 95%, 94% e 85% do total de produtores assistidos naquele ano; os negros, por sua vez, alcançaram os maiores índices nos estados do Norte e Nordeste, variando entre 27% e 42%. Por outro lado, os produtores brancos foram maioria entre os não assistidos nos estados do Centro-Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul (90%), Santa Catarina (89%) e São Paulo (79%), enquanto que a maior parte dos produtores que não foram assistidos e se autodeclararam negros se concentrou nos estados do Norte e Nordeste, variando entre 25% e 40%. Em números relativos, contudo, os brancos apresentaram maiores índices de atendimento do que os negros no Centro-Sul do País, variando, respectivamente, entre 32% e 80% contra 19% a 73%; no Norte e Nordeste os valores percentuais entre ambos os grupos foram semelhantes, variando entre 5% e 21% contra 3% a 16%, respectivamente. Entre os produtores não assistidos, em números relativos, os que se autodeclararam brancos apresentaram valores entre 20% e 75% no Centro-Sul, enquanto os negros variaram entre 27% e 83% nessa região; no Norte e Nordeste, por outro lado, os produtores brancos apresentaram valores entre 79% e 95%, ao passo que os negros variaram entre 84% e 97%, ou seja, valores menos discrepantes em relação àqueles observados no Centro-Sul.

Tabela 6. Acesso à orientação técnica no Brasil e em seus entes federativos segundo a cor ou raça do produtor, em 2006 e 2017.

Grandes regiões	União e entes federativos	Orientação técnica	Total	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena
	Brasil	Total	5.056.525	2.297.013	2.248.549	423.408	31.108	56.447
		Recebeu	1.012.276	714.754	243.531	40.530	8.719	4.742
		Não recebeu	4.044.249	1.582.259	2.005.018	382.878	22.389	51.705
Norte	Rondônia	Total	91.349	36.772	45.921	7.590	561	505
		Recebeu	17.044	7.424	8.109	1.272	105	134
		Não recebeu	74.305	29.348	37.812	6.318	456	371
	Acre	Total	37.317	7.995	23.910	2.846	295	2.271
		Recebeu	4.242	1.064	2.442	377	39	320
		Não recebeu	33.075	6.931	21.468	2.469	256	1.951
	Amazonas	Total	80.891	11.106	48.168	4.676	412	16.529
		Recebeu	9.651	1.977	6.396	578	76	624
		Não recebeu	71.240	9.129	41.772	4.098	336	15.905
	Roraima	Total	16.817	2.709	7.348	1.006	99	5.655
		Recebeu	2.203	569	984	112	16	522
		Não recebeu	14.614	2.140	6.364	894	83	5.133
	Pará	Total	281.428	55.171	191.790	30.005	2.013	2.449
		Recebeu	16.690	4.949	9.881	1.409	206	245
		Não recebeu	264.738	50.222	181.909	28.596	1.807	2.204
	Amapá	Total	8.480	1.353	4.875	1.241	82	929
		Recebeu	1.275	193	826	233	11	12
		Não recebeu	7.205	1.160	4.049	1.008	71	917
	Tocantins	Total	63.647	19.890	33.943	8.621	550	643
		Recebeu	8.788	3.777	3.948	940	79	44
		Não recebeu	54.859	16.113	29.995	7.681	471	599
Nordeste	Maranhão	Total	219.550	43.867	140.767	31.046	1.684	2.186
		Recebeu	9.111	3.114	4.959	927	80	31
		Não recebeu	210.439	40.753	135.808	30.119	1.604	2.155
	Piauí	Total	245.400	55.460	159.128	30.456	10	346
		Recebeu	8.311	2.570	4.872	829	7	33
		Não recebeu	237.089	52.890	154.256	29.627	3	313
	Ceará	Total	393.804	106.120	255.180	29.946	634	1.924
		Recebeu	42.256	12.872	25.897	3.117	62	308
		Não recebeu	351.548	93.248	229.283	26.829	572	1.616
	Rio Grande do Norte	Total	63.222	26.192	31.253	5.156	418	203
		Recebeu	10.033	4.480	4.648	758	111	36
		Não recebeu	53.189	21.712	26.605	4.398	307	167

Continua

Tabela 6. Continuação.

Grandes regiões	União e entes federativos	Orientação técnica	Total	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena
Nordeste	Paraíba	Total	163.083	57.642	91.073	12.212	774	1.382
		Recebeu	28.183	10.740	15.063	1.803	158	419
		Não recebeu	134.900	46.902	76.010	10.409	616	963
	Pernambuco	Total	281.386	92.019	159.838	22.288	1.770	5.471
		Recebeu	18.766	6.809	10.140	1.514	147	156
		Não recebeu	262.620	85.210	149.698	20.774	1.623	5.315
	Alagoas	Total	98.362	28.842	59.332	8.854	537	797
		Recebeu	5.927	2.413	3.030	429	34	21
		Não recebeu	92.435	26.429	56.302	8.425	503	776
	Sergipe	Total	93.148	25.277	58.114	9.361	285	111
		Recebeu	8.211	2.511	5.024	614	38	24
		Não recebeu	84.937	22.766	53.090	8.747	247	87
	Bahia	Total	761.921	190.448	442.749	120.026	4.250	4.448
		Recebeu	57.902	17.879	31.326	7.962	467	268
		Não recebeu	704.019	172.569	411.423	112.064	3.783	4.180
Sudeste	Minas Gerais	Total	605.325	345.117	215.363	40.775	2.516	1.554
		Recebeu	157.204	110.878	39.255	6.107	796	168
		Não recebeu	448.121	234.239	176.108	34.668	1.720	1.386
	Espírito Santo	Total	107.734	73.027	28.419	5.942	196	150
		Recebeu	25.113	18.518	5.593	928	51	23
		Não recebeu	82.621	54.509	22.826	5.014	145	127
	Rio de Janeiro	Total	64.832	43.071	15.513	5.918	258	72
		Recebeu	15.765	11.313	3.392	945	103	12
		Não recebeu	49.067	31.758	12.121	4.973	155	60
	São Paulo	Total	184.798	148.642	25.296	4.793	5.765	302
		Recebeu	73.992	61.249	8.674	1.433	2.532	104
		Não recebeu	110.806	87.393	16.622	3.360	3.233	198
Sul	Paraná	Total	303.541	241.016	49.789	7.944	3.372	1.420
		Recebeu	136.218	116.178	15.662	2.048	2.109	221
		Não recebeu	167.323	124.838	34.127	5.896	1.263	1.199
	Santa Catarina	Total	181.674	166.649	11.152	2.585	384	904
		Recebeu	93.844	88.752	3.729	956	195	212
		Não recebeu	87.830	77.897	7.423	1.629	189	692
	Rio Grande do Sul	Total	363.624	335.384	18.511	7.268	708	1.753
		Recebeu	181.154	170.973	7.322	2.055	296	508
		Não recebeu	182.470	164.411	11.189	5.213	412	1.245
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Total	70.470	41.806	21.378	3.187	916	3.183
		Recebeu	22.024	15.699	5.007	776	380	162
		Não recebeu	48.446	26.107	16.371	2.411	536	3.021

Continua

Tabela 6. Continuação.

Grandes regiões	União e entes federativos	Orientação técnica	Total	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena
Centro-Oeste	Mato Grosso	Total	118.071	58.155	48.309	9.408	1.146	1.053
		Recebeu	21.498	14.401	5.899	903	219	76
		Não recebeu	96.573	43.754	42.410	8.505	927	977
	Goiás	Total	151.464	81.086	59.170	9.756	1.284	168
		Recebeu	32.888	21.685	9.773	1.147	251	32
		Não recebeu	118.576	59.401	49.397	8.609	1.033	136
	Distrito Federal	Total	5.187	2.197	2.260	502	189	39
		Recebeu	3.983	1.767	1.680	358	151	27
		Não recebeu	1.204	430	580	144	38	12

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em IBGE (2017).

Evidencia-se, desse modo, a natureza racista do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil e em seus entes federativos, caracterizada pelo predomínio de produtores que se autodeclararam brancos entre aqueles que receberam orientação técnica e, com efeito, pela menor representatividade de grupos marginalizados, negros e indígenas, além do fato de que entre os produtores não assistidos, e também em números relativos, estes também são maioria.

Isso posto, observa-se que não obstante os recursos disponibilizados e as ações realizadas no processo de implementação da PNATER visando à democratização do acesso ao serviço de Ater aos indígenas e à população negra rural, especialmente aos produtores quilombolas, almejando contribuir, desse modo, para a equidade nas relações étnico-raciais no campo, ainda se conserva inalterado, no Brasil e em seus entes federativos, o viés racista do acesso ao conhecimento, a inovações científico-tecnológicas e a políticas públicas de desenvolvimento rural. Torna-se imperativo, portanto, retomar, ampliar e distribuir equitativamente os recursos financeiros para mitigar essas questões e promover novas estratégias visando democratizar o acesso à orientação técnica a esses grupos marginalizados e, assim, reparar uma dívida histórica do Estado e da sociedade brasileira.

Considerações finais

Ao longo da segunda metade do século XX, as instituições de Ater no Brasil exerceram o papel de instrumento do Estado para a expansão das relações de produção capitalistas no campo, contribuindo para a manutenção da hegemonia das classes dominantes nos meios rural e urbano, para a modernização da base técnica do setor agropecuário e, consequentemente, para a exploração, expropriação e subordinação dos agricultores ao capital industrial, comercial e financeiro. Com efeito, o meio técnico-científico-informacional, produzido e difundido com o apoio fundamental dessas instituições, serviu (e ainda serve) aos interesses dos agentes hegemônicos do modo de produção capitalista, assegurando o funcionamento e a reprodução das ações de ordem global que buscam impor uma racionalidade hegemônica a todos os sujeitos e espaços.

Tendo em vista a persistência do quadro de desigualdade social no meio rural, que afeta de forma distinta homens e mulheres, brancos, negros e índios e as regiões geográficas do País, a PNATER foi instituída em 2004 buscando contribuir para os esforços do Estado brasileiro em promover um modelo de desenvolvimento mais equitativo e solidário no campo, em termos de relações de classe, gênero e raça.

No entanto, apesar dos investimentos crescentes e das diversas ações realizadas para a implementação da política entre 2004 e 2017, a análise dos dados dos censos agropecuários produzidos pelo IBGE nesse período evidencia que ainda persiste no País e em seus entes federativos uma natureza classista, sexista e racista no acesso aos serviços de Ater.

Conforme demonstrado neste artigo, os agricultores não familiares, especialmente aqueles com grandes extensões de terras e com maiores valores da produção, são os que mais tiveram acesso à orientação técnica no País e em seus entes federativos em 2006 e 2017, em detrimento dos agricultores familiares, que trabalham em estabelecimentos de pequeno e médio porte e cujo valor total da produção é bem menor do que os valores auferidos pelos médios e grandes produtores.

Em termos de acesso à orientação técnica por sexo do dirigente do estabelecimento agropecuário, constatou-se que, embora tenha aumentado o número de mulheres que receberam esse serviço, a quantidade daquelas que não foram assistidas cresceu de forma ainda mais significativa no período em questão. Com efeito, as mulheres representavam apenas 11% do total de dirigentes dos estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica no Brasil em 2017.

Em relação à cor ou raça dos produtores, aqueles que se autodeclararam brancos são maioria entre os que receberam orientação técnica em 2017, enquanto os grupos sociais historicamente marginalizados no País – negros e índios – somavam menos de 30% do total de produtores assistidos naquele ano.

Ressalta-se que, além de uma questão social, de gênero e raça, as desigualdades no acesso ao serviço de orientação técnica são também uma problemática geográfica, uma vez que os agricultores e agricultoras das regiões menos dinâmicas socioeconomicamente – Norte e Nordeste – apresentaram índices de atendimento bem menores do que aqueles obtidos pelos produtores da região Centro-Sul. Evidencia-se, com efeito, a **natureza regionalista** do acesso a esse serviço, uma vez que as regiões historicamente mais ricas e beneficiadas pelas políticas públicas possuem melhores índices de atendimento a seus diferentes grupos sociais em comparação com as regiões que foram (e ainda são) mais marginalizadas pelas políticas implementadas pelo Estado brasileiro.

Demonstramos, desse modo, a natureza **classista, sexista, racista e regionalista** do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil rural, ou seja: homens brancos e de classe social mais elevada situados no Centro-Sul do País possuem maiores oportunidades e recursos para adquirirem novos conhecimentos e inovações científico-tecnológicas do que homens negros e, sobretudo, mulheres negras e de classes historicamente subalternizadas e marginalizadas, principalmente aquelas que vivem nas regiões menos dinâmicas socioeconomicamente, como o Norte e o Nordeste, perpetuando, com efeito, o quadro de desigualdade social, racial, regional e de gênero no campo brasileiro.

Considerando o cenário político e econômico atual, é de se esperar que essa questão venha a se agravar ao longo dos próximos anos. Por isso, torna-se imperativo construir novas estratégias de organização e ação por parte dos grupos sociais marginalizados e dos agentes sociais que lhes prestam apoio técnico e sociopolítico (organizações não governamentais – ONGs, universidades, pastorais e instituições religiosas, movimentos sociais, etc.) visando promover a instituição de redes que favoreçam a produção e o compartilhamento de novos conhecimentos e tecnologias sociais que contribuam para o fortalecimento e a manutenção de suas famílias no campo.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) pelo apoio financeiro à execução do Projeto de Pesquisa de Pós-Doutorado, intitulado Ação Extensionista e Transformações Socioespaciais no Sudoeste Goiano: Experiências, Potencialidades e Desafios para a Construção de Agriculturas de Base Ecológica (Bolsas de Pós-Doutorado DOCFIX - Processo número 201810267001521); ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e à Universidade Federal de Jataí (UFJ) pelo apoio institucional à realização da pesquisa.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ASBRAER. **Assistência técnica e extensão rural no Brasil**: um debate nacional sobre as realidades e novos rumos para o desenvolvimento do país. Brasília, DF, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ASBRAER. **Proposta para a assistência técnica e extensão rural do Brasil**. Brasília, DF, 2018.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. 532 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Campesinato e História, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos – ISEC, Universidade de Córdoba, Espanha.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. *In*: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (*Org.*). **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, 2006. p. 9-34.

CAPORAL, F. R. Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. *In*: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (*Org.*). **Políticas agroambientais e sustentabilidade:** desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 19-48.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (*Org.*). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 107-128.

DINIZ, R. F. **Diálogo de saberes ou monólogo do conhecimento?** Ação extensionista e políticas de desenvolvimento rural no Vale do Jequitinhonha mineiro. 2018. 489 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Da ABCAR à ANATER: trajetória e desafios da extensão rural para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória, ES. **Anais...** Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. p. 1-10.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 7-30, abr./jun. 2018.

DINIZ; R. F.; CLEMENTE, E. C. A questão do acesso aos serviços de orientação técnica no Brasil e no estado de Goiás. **Campo – Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 15, n. 35, p. 230-259, abr. 2020a.

DINIZ; R. F.; CLEMENTE, E. C. A geografia do acesso ao serviço de orientação técnica pelos agricultores familiares no Brasil e no estado de Goiás: uma análise espaço-temporal dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, SP, v. 21, n. 3, p. 128-160, 2020b.

FIÚZA, A. L. C. *et al.* Difusão de tecnologias e sexismo nas Ciências Agrárias. **Revista Ciência Rural**, v. 39, n. 9, p. 2614-2620, 2009.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

GERHARDT, C. Tautologia e retórica messiânica da "transição agroecológica" na "nova extensão rural". **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 3, p. 9-43, jul./set. 2014.

SILVA, J. G. da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

HESPANHOL, R. A. de M. Agroecologia: limites e perspectivas. *In*: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (*Org*.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 117-136.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. *In*: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (*Org*.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 81-93.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar – Segunda apuração, Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2017.

MONTEIRO, D. E. J. **As práticas extensionistas da EMATER-MG sob uma perspectiva de gênero**: o caso da regional de Viçosa-MG. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

MUSSOI, E. M. **Integración entre Investigación y Extensión Agraria en un contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo:** el caso de Santa Catarina, Brasil. 1998. 411 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Campesinato e História, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos - ISEC, Universidade de Córdoba, Espanha.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília, DF: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. (Textos para Discussão, 48).

QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil**: da anunciação ao milagre da modernização agrícola. 1987. 201 f. Tese (Livre Docência) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ, Piracicaba, SP.

RAMBO, J. R. *et al.* Políticas públicas de extensão rural no Brasil contemporâneo: avanços e desafios à construção do desenvolvimento rural sustentável nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso. *In*: CONGRESSO DA SOBER, 53., 2015, João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015. p. 1-15.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008[1996].

SILIPRANDI, E. **Mulheres rurais e políticas públicas de desenvolvimento**: considerações a partir da extensão rural (EMATER-RS, Brasil). S.l., 1999.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 38-48, jul./set. 2002.

ZARNOTT, A.V. *et al.* Avanços e retrocessos nas políticas de extensão rural: análise crítica sobre a ANATER. *In*: CONGROSSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 53., 2015, João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa: SOBER, 2015. p. 1-20.